



REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE
GABINETE DO PRIMEIRO-MINISTRO

IX CONSELHO DE MONITORIA DO AMBIENTE DE
NEGÓCIOS (CMAN)

DISCURSO DE ENCERRAMENTO
DE SUA EXCELÊNCIA ADRIANO MALEIANE, PRIMEIRO-
MINISTRO DA REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE

Maputo, 27 de Fevereiro de 2023

Senhor Ministro da Indústria e Comércio;

Senhores Ministros e Vice-Ministros;

Senhor Presidente do Conselho Directivo da CTA;

Caros Empresários e membros do Conselho Directivo da CTA;

Senhores Representantes dos Parceiros de Cooperação;

Distintos participantes;

Minhas Senhoras e Meus Senhores,

1. Nestes derradeiros momentos dos trabalhos do **Nono Conselho de Monitoria do Ambiente de Negócios**, usamos da palavra para tecer considerações finais em torno dos debates havidos.
2. Na interacção havida nesta plataforma de diálogo entre o Governo e o Sector Privado, foi notório o interesse e a disponibilidade de todos nós em buscar soluções que agilizem a adopção e implementação de reformas conducentes a contínua melhoria do ambiente de negócios no nosso país.
3. Este facto é consubstanciado pelas valiosas e ricas contribuições apresentadas nas várias intervenções havidas neste evento, cuja materialização desafia o Governo e o Sector Privado a redobrem esforços para que passamos, de facto, continuar de forma célere e efectiva a adoptar e implementar reformas conducentes ao aprimoramento do ambiente de negócios no nosso país.

**Minhas Senhoras; e
Meus Senhores,**

4. Hoje tivemos a oportunidade de apreciar e debater, de forma franca e aberta, o grau de implementação do Plano de Acção para a Melhoria do Ambiente de Negócios (PAMAN 2019-2021), instrumento aglutinador de medidas e acções acordadas entre o Governo e o sector privado com vista a melhorar o ambiente de negócios e de investimento no nosso país.
5. As várias intervenções havidas em torno do PAMAN 2019-2021 foram unânimes em considerar que a implementação deste instrumento registou vários desafios como consequência dos impactos negativos decorrentes dos ciclones Idai e Kenneth, assim como da COVID-19.
6. Como constatamos nos debates havidos na manhã de hoje, os desafios enfrentados não abalaram a nossa determinação de implementar cabalmente o conjunto de reformas que nos comprometemos.
7. As constatações e recomendações feitas em torno do grau de implementação do PAMAN 2019-2021 apontam para a necessidade de se integrar no próximo instrumento para a Melhoria do Ambiente de Negócios, em processo de elaboração, as acções em curso e as não realizadas.
8. É neste contexto que reafirmamos a determinação do Governo em continuar a criar condições para acelerar a aprovação e implementação efectiva das reformas remanescentes do PAMAN 2019-2021, com destaque para as revisões legislativas da:
 - (i) **Lei do trabalho** para incentivar o investimento nacional e estrangeiro;
 - (ii) **Lei de investimento** para simplificar os requisitos necessários para os investidores, assim como assegurar a aplicação de boas práticas internacionais, tornando a lei consentânea com os desafios de investimentos actuais;

(iii) **Estatutos das Micros, Pequenas e Médias Empresas** para harmonizar os procedimentos atinente a classificação das empresas e simplificar os processos das PME's; e

(iv) **Lei Portuária** para dinamizar as operações de cabotagem marítima.

9. Ainda no âmbito da melhoria do ambiente negócios no nosso país e com vista a garantir a recuperação da nossa economia a curto e médio prazos, o Governo está a implementar reformas previstas no Pacote de Medidas de Aceleração Económica (PAE), anunciado, em Agosto de 2022, por **Sua Excelência Filipe Jacinto Nyusi, Presidente da República**.

10. A definição e a implementação destas reformas está a ser feita na base de auscultação e diálogo com o sector privado, tornando este processo mais abrangente e inclusivo na revisão e elaboração de normas e legislação.

11. Este facto demonstra o empenho e compromisso que o Governo tem com o sector privado, seu parceiro estratégico na implementação do Programa Quinquenal do Governo e, conseqüentemente, na dinamização da economia nacional, assim como na geração de emprego e renda.

12. Assim, renovamos o nosso apelo a Confederação das Associações Económicas (CTA) e a todo o sector privado para juntos continuarmos a manter o nosso país mais atractivo e destino preferencial de investimentos.

13. Tomamos esta ocasião para manifestar o nosso maior apreço aos parceiros de cooperação que têm apoiado ao Governo e o Sector Privado na melhoria do ambiente de negócios no nosso país.

14. Renovamos o compromisso em continuar a adoptar e implementar medidas e acções que concorram para impulsionar o crescimento económico, a produtividade e a geração de emprego, com maior envolvimento do sector privado.
15. A terminar, expressamos a nossa solidariedade para com os compatriotas afectados pelas calamidades naturais que assolam o nosso país e que estão a causar perdas de vidas humanas, deslocados internos, devastação de campos agrícolas, destruição de infraestruturas públicas e privadas.
16. Com estas palavras, declaro encerrado o **Nono Conselho de Monitoria do Ambiente de Negócios.**

Muito obrigado pela atenção.